



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

**HISTORIADORES E ARQUIVISTAS: UM NOVO DIÁLOGO
SUSCITADO PELO DOCUMENTO DIGITALIZADO**

***HISTORIANS AND ARCHIVISTS: A NEW DIALOGUE EMERGED FROM THE
SCANNED DOCUMENT***

Hercules Pimenta dos Santos¹ e Renato Pinto Venâncio²

Modalidade de apresentação: Comunicação oral

Resumo: O conceito Documento, nos últimos trinta anos, vem constituindo um novo centro de debates como objeto da Ciência da Informação. O presente texto objetiva apresentar reflexões e resultados parciais da pesquisa de doutorado “Redocumentarização do documento de valor histórico: impactos da inovação tecnológica nas tradições historiográfica e arquivística”, período 2014 a 2018. O ponto de partida são as necessidades informacionais produzidas na contemporaneidade a partir dos novos procedimentos tecnológicos, procurando questionar a noção polissêmica de documento, refletir sobre os seus limites, desejando contribuir para alargar a compreensão desta amplitude. Pretendemos elucidar a relação entre as tradições historiográfica e arquivística frente a inovação tecnológica informacional, a partir do documento histórico tratado digitalmente, por meio da Redocumentarização. Estamos considerando que as mudanças estruturais no processo informacional causadas pela digitalização dos documentos e pela mediação eletrônica trouxeram impactos definitivos na configuração dos documentos – inclusive em sua estrutura interna e lógica de funcionamento –, além de impactar as possibilidades e formas de pesquisa histórica e a prática arquivística. A metodologia de levantamento de dados para a estruturação do estudo de caso pretendido é a das entrevistas semiestruturadas. No desenvolvimento da pesquisa temos comprovado a existência de impactos positivos, assim como negativos. Tem ficado claro que um diálogo mais específico entre os profissionais das áreas focadas é o melhor caminho para amenizar os impactos que sejam considerados negativos, além de elucidar os limites, possibilidades e demandas acadêmico/profissionais de historiadores e arquivistas.

Palavras-chave: Organização da Informação; Documento; História; Arquivologia; Redocumentarização.

Abstract: *The concept of Document, in the last thirty years, has constituted as a new center of debates as an object of the area of Information Science. This paper aims to present reflections and partial results of the doctoral research “Redocumentarização do documento de valor histórico: impactos da inovação tecnológica nas tradições historiográfica e arquivística”, period of development 2014 to 2018. The starting point are the information needs produced nowadays from the new technological*

¹ Doutorando em Ciência da Informação PPGCI-ECI/UFMG, Brasil.

² Doutor pela Universidade de Paris IV - Sorbonne, França. Professor Associado PPGCI-ECI/UFMG.

procedures, seeking to question the polysemic notion of document, reflect on its limits, in order to contribute to broaden the understanding of this magnitude. We intend to elucidate the relationship between historiography and archival traditions related to the technological innovation, from the historical document digitally treated by the Redocumentarization process. We are considering that the structural changes in the information process caused by scanning of the documents and the electronic mediation brought definitive impacts on documents setting - including its internal structure and operation logic - as well it affects the possibilities and forms of historical research and the archival process. The data collection methodology for structuring the required case study are the semi-structured interviews. During the research development, we have proven the existence of positive impacts, as well as negatives. It has become clear that a more specific dialogue between professionals of both focused areas is the best way to mitigate the impacts that is considered negative, and clarify the limits, possibilities and demands academics / professionals of the historians and archivists.

Keywords: *Information Organization; Document; History; Archivology; Redocumentarization.*

1 - INTRODUÇÃO

É notório que o conceito de documento, nos últimos trinta anos, vem constituindo um novo centro de debates como objeto da Ciência da Informação (CI). O movimento também nomeado de "neodocumentação" ou "redocumentalização" apresenta o deslocamento da "informação" como objeto de estudo para o "documento", constituindo a "materialidade da informação" (FROHMANN, 2008). Isto alimenta os estudos das práticas sociais da informação com suas consequências e efeitos, além de uma maior proximidade entre diversas áreas que lidam com o documento, como a História, a Arquivologia, a Museologia, a Biblioteconomia e a Documentação. Pelo fato de a informação ser a base de estudos e trabalhos para a CI, entendemos ser fundamental conhecer mais sobre o suporte no qual ela se apresenta, o documento, e a forma como ele tem se manifestado em diferentes épocas.

O presente texto apresenta reflexões e resultados parciais da pesquisa de doutorado "Redocumentarização do documento de valor histórico: impactos da inovação tecnológica nas tradições historiográfica e arquivística", período de 2014 a 2018. Exporemos os objetivos da pesquisa e apresentaremos resultados iniciais baseados em uma ampla revisão de literatura internacional e na análise preliminar das entrevistas realizadas com historiadores brasileiros. A pesquisa, em seu todo, tem o objetivo de realizar entrevistas com historiadores e pesquisadores da área de documentação no Brasil e na Espanha³.

Para Svenonius (2000, p. 8), na literatura da Organização da Informação, se observa uma aproximação do sentido de documento com o conceito de suporte: "Informação é uma abstração, mas os documentos que a contêm estão expressos em algum meio". Alguns desses meios, como citado pelo autor, poderiam ser tradicionais, como, por exemplo, papel, pedra, couro argilas, pergaminhos, livros etc. Mas, em nossa pesquisa interessa o documento

³ No momento atual, estamos desenvolvendo a etapa brasileira.

materializado na tela dos computadores, ou qualquer outro dispositivo digital: o documento eletrônico⁴.

O ponto de partida são as necessidades informacionais da contemporaneidade. Necessidades essas, supridas a partir dos novos procedimentos tecnológicos. Na pesquisa, procura-se questionar a noção polissêmica de documento, refletir sobre seus limites, desejando contribuir para alargar a compreensão desse objeto. Ao final da investigação em curso pretendemos elucidar a relação entre as tradições historiográfica e arquivística frente à inovação tecnológica informacional, a partir do documento histórico tratado digitalmente, por meio da Redocumentarização⁵. O processo de Redocumentarizar compreende uma perspectiva de estudo pouco difundida no Brasil, a qual entendemos representar um novo olhar sob o método de documentação: organização documental e processos de difusão arquivísticos.

A CI engloba a área de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação. Sabe-se que o campo de estudos da Ciência da Informação tem seus pilares temporais colocados tanto no passado, em pesquisas históricas e epistemológicas, quando no presente, procurando estudar o universo digital, a informação e as mediações. Na CI contamos com noções tradicionalmente usadas para caracterizar os atores e os objetos envolvidos nos processos ligados à informação, tais como o documento, o ciclo documental e a organização da informação servindo-nos como subsídio para refletir sobre a migração dos documentos de valor histórico para o ambiente digital.

Nossa perspectiva está focada na Organização da Informação, um dos campos de atuação da CI, que busca selecionar e fornecer, dentro da massa de informações veiculadas, as informações de que o usuário necessita, no momento em que este as solicita (GUINCHAT & MENO, 1994). Buscamos compreender qual tem sido a concepção do documento histórico digitalizado, quando pensado sob o espectro disciplinar da Arquivologia, partindo da perspectiva elaborada pelo movimento dos *Annales*. Os historiadores dos *Annales* criticaram o método de análise das fontes/documentos que se baseava apenas na superficialidade fenomênica expressa nos documentos oficiais escritos, ou em seu conteúdo textual.

⁴ Optamos por utilizar o termo “documento eletrônico” (DE), por avaliar ser esta a mais ampla denominação em ambientes tecnológicos, referindo-se ao suporte informacional que requer dispositivos eletrônicos para sua leitura, escrita e reescrita, ou edição se preferir. Difere-se, assim, do denominado “documento digital”, que de acordo com Codina (2000), seria a informação codificada em *bits*, já que o documento digital é apenas uma possibilidade de documento eletrônico.

⁵ Redocumentarizar significa tratar um documento, ou coleções documentais, rearticulando os conteúdos segundo o uso ou a interpretação do usuário. Trata-se de uma série de procedimentos que objetivam transpor o documento tradicional para o meio digital.

Seguindo na linha de pensamento que envolve a transposição do suporte documental para o meio digital, Moreira et al. (2007) afirmavam que a digitalização era apresentada como um caminho complementar em relação às soluções para a preservação e o acesso a documentos históricos. Este processo foi considerado como complementar, por não ser possível substituir a técnica da microfilmagem diante da não validade legal do documento digitalizado, ao passo que o documento microfilmado seria aceito como documento legal. Mas, entendemos que não se trata mais de algo complementar, pois a digitalização é atualmente o processo mais utilizado. Esse tipo de reformatação possibilita restringir o acesso ao documento original, liberando para consulta apenas o material digitalizado, propiciando uma preservação mais segura. O documento digitalizado possibilita, ainda, o acesso remoto, sendo dessa maneira uma poderosa ferramenta de democratização das fontes do conhecimento histórico.

Para Meyriat (1981), todo objeto pode ter a função de transmitir informação, trazendo o entendimento de noção mais ampla que a de documento escrito, possuindo este uma dupla origem: a) objeto criado para ser documento e; b) objeto cuja função documental foi atribuída posteriormente. Nosso interesse de discussão e pesquisa se situa em maior grau nas considerações a respeito da segunda origem, por seu valor e significado poder ser atribuído posteriormente pelo emissor como pelo receptor da mensagem objetivada. O interesse de obter informação tem papel fundamental para se considerar um objeto como documento ou se constituir em fonte de informações para a pesquisa histórica, que considera como documento qualquer traço ou indício da produção cultural humana. A concepção social atribuída por Meyriat (1981) é percebida quando o autor justifica que a função informativa de um objeto se manifestará num dado sistema, ao ser incorporado e organizado, e essa função informativa será responsável por transformar o objeto em documento. A vontade do produtor do objeto de transmitir informação dependerá da interpretação do receptor da informação, consulente ou usuário do sistema.

Teoricamente, buscamos revisar a evolução conceitual do Documento observando como uma instância⁶, na perspectiva prévia do entendimento de que o documento, durante o século XIX, período marcado pelo avanço científico, ganhou *status* de objeto científico por meio daquela que é considerada por seus estudiosos como a primeira das ciências sociais, a História. Da mesma forma, o documento faz parte do quadro conceitual da CI, apresentando a materialidade e a susceptibilidade de inscrição ou registro informacional como características principais - além de ser objeto de estudos teóricos e práticos da disciplina Arquivologia.

⁶ Característica de algo que é iminente, ou algo que pode vir a acontecer, neste caso assumir o “valor de”.

Com o advento de ferramentas tecnológicas digitais, o acesso a informações de diferentes naturezas passa a ocorrer em uma escala cada vez mais veloz. Esta considerável diversidade faz com que seja cada vez mais imperativo o olhar que se dirige para o universo da Web, especialmente, visando a caracterizar e analisar os seus fenômenos. Assim, preocupamos o fato de que, muitas vezes, as inovações tecnológicas podem apresentar propostas alçadas rumo a expectativas de futuro que venham a desconsiderar alguns procedimentos tradicionais que interferirão seriamente nas possibilidades analíticas e interpretativas. Defendemos o pressuposto de que é necessário conhecer profundamente os conceitos que alicerçam a teoria científica e apreender quais instrumentais teóricos metodológicos a orientam presentemente, os relacionando a uma tradição, uma vez que é sabido que os procedimentos científicos nas ciências humanas e sociais surgem vinculados a uma base filosófica, como é o caso da História e da Arquivologia.

Ressaltamos, ainda, que as aspirações desta discussão estão de acordo com as benesses que o documento digital traz para a preservação e organização da documentação. Queremos melhor entender o fato de que as mudanças estruturais no processo informacional causadas pela digitalização dos documentos e pela mediação eletrônica trouxeram impactos definitivos na configuração dos documentos – inclusive em sua estrutura interna e lógica de funcionamento. Como temos constatado, tais fatores impactam nas possibilidades e formas de pesquisa histórica. Estamos caminhando com o objetivo principal de relacionar e refletir sobre os possíveis impactos positivos e negativos do fenômeno tecnológico conjugado às tradições em foco.

2 - CONCEPÇÕES DA NOÇÃO DE DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA

Os processos do ciclo documental ao qual o documento é submetido estão vinculados a uma estrutura institucional que avaliará a sua relevância e o modo como ele será disponibilizado ao usuário. À exceção de sua característica material, o suporte, um documento não possui características intrínsecas, dadas por natureza e independentes do contexto em que esteja atrelado. O contexto é que influencia qual o teor e o significado que poderá ser atribuído às informações contidas em um documento, encontradas de maneira explícita ou implícita pela análise do historiador.

Sabe-se que, em diferentes épocas históricas, e de acordo com as condições materiais e de conhecimento alcançadas, as instituições especializadas adotaram diferentes técnicas para facilitar o acesso das pessoas às informações organizadas. A gênese do processo de Documentação remonta ao final do século XIX, a partir do aumento da produção

bibliográfica, da pesquisa científica e do surgimento de novos suportes. Fatores que originaram o desenvolvimento de novas técnicas para a organização e a administração da informação. Ortega (2009) diz que a Bibliografia, que até então se dedicava a essa organização, não dava mais conta das novas demandas. Para Otlet (1997) a Documentação surge concomitante às atividades da biblioteca pública e das práticas documentais apresentando o diferencial de “acompanhar o documento desde o instante em que ele surgia da pena do autor até o momento em que impressionava o cérebro do leitor” (OTLET, 1997, p. 115)⁷.

A fonte de informação, ou o documento de caráter histórico, precisa ser contextualizado ao ser organizado para a sua disponibilização e acesso em um sistema de informação institucionalizado, adquirindo o valor social de fonte documental e, portanto, de documento histórico, de acordo com as necessidades de interpretação do fazer historiográfico atual. O fazer historiográfico no começo do século XX passou a ser baseado em uma noção documental ampliada, ao se questionar os tipos de informação intrínseca que estes artefatos culturais podem conter, especialmente, de conteúdo histórico. Para compreender a noção de documento hoje, é preciso considerar que a herança histórica é a base para o entendimento do que é o documento digital.

A partir do século XIX, momento do crescimento da importância científica adquirida pelo documento em sua forma mais tradicional, consolida-se o positivismo. Para melhor entender a concepção estrutural da ciência positiva é importante saber que Auguste Comte⁸ propôs ligar os fatos históricos, tomando como base as classificações realizadas nas ciências da natureza de maneira a adaptá-las ao social e tornando-as mais complexas, pois o método geral das classificações lhe permitiu maiores progressos. Seguiam-se as hierarquias taxonômicas das famílias, espécies e gêneros, além das demais, na busca da apreensão, por meio da observação das relações político-sociais. Assim, esse método adaptado da Biologia seria aplicável a qualquer ciência. Na perspectiva de Comte, o passado seria tomado como objeto de estudo para a previsão do futuro e o presente se condicionaria às interpretações da história e de previsões objetivas, guiadas pelas observações das leis naturais, consideradas neutras e responsáveis pelo andamento da marcha da civilização em direção evolutiva ao “progresso” (COMTE, 1972).

⁷ Otlet propõe o uso da palavra “documento”, considerando um teor mais abrangente, como forma de não limitar seu conceito a uma tipologia. O “documento” poderia representar algo em que o conhecimento pudesse ser registrado e do qual se observe alguma propriedade informativa.

⁸ Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, filósofo francês considerado o fundador da Sociologia e do Positivismo (COMTE, 1972).

Seguindo a linha de pensamento iniciada por Auguste Comte, um dos desdobramentos da História Científica foi a determinação da dita “História Positivista” ou Metódica, a qual teve como um de seus mais expressivos precursores o historiador alemão Leopold von Ranke. A “História Positivista” de Ranke tinha como princípio escrever a história como realmente ela teria acontecido buscando o “apelo à objetividade” (GAY, 1990, p. 70). Ao observar e considerar como um problema o fato da História estar sendo reescrita em demasia, Ranke propôs que a narrativa e o registro histórico fossem provenientes da pesquisa sobre fontes documentais primárias, ou seja, dos documentos de arquivo. Ranke criticava os pesquisadores que utilizavam fontes secundárias para a escrita da História, assim, Ranke colaborou para que o arquivo⁹ passasse a ser o lugar por excelência do historiador.

Para Gay (1990, p. 75) a perspectiva historiográfica fundada por Ranke significou os princípios essenciais para a pesquisa histórica, pois consistia “no estatuto único e privilegiado do documento de época [se acreditando que] apenas ele detinha a chave da verdade histórica”. Segundo este autor, a partir de então, atribuiu-se ao documento de arquivo o estatuto de autenticidade e de fidedignidade, com as pesquisas históricas se baseando “nos relatos de testemunhas oculares e nas fontes mais autênticas e mais imediatas”. Desta forma, a contribuição de Ranke à historiografia¹⁰ está “em sua visão enaltecida dos documentos” (Gay, 1990, p. 74).

É importante ressaltar que o problema não está na utilização dessas fontes, mas na compreensão de que elas poderiam ser as únicas válidas para a escrita da História, a partir do contato, apenas, com o seu conteúdo textual. Considerar somente o método da crítica textual de documentos de arquivo leva a algumas limitações conceituais de documento histórico, no sentido de que a fonte histórica seria o texto, ou documento escrito, para a geração de outro texto. Para Chartier (1978, p. 517), a História Positivista considera que o documento escrito seria o seu “início-fim”, uma vez que os historiadores dessa corrente acreditavam que, para além dos textos, não existiria história pensável¹¹. Esse universo historiográfico foi definido

⁹ O caráter oficial do documento de arquivo lhe atribuiu o privilégio de confiabilidade para a narrativa histórica.

¹⁰ A dita “História Positivista” surgiu como uma resposta ao então modelo de história elaborado por retóricos, moralistas e historiógrafos oficiais. Assumiu, assim, a tradição da crítica historiográfica. Este campo passaria a existir a partir das informações que os documentos oferecessem, os quais deveriam ser reunidos buscando um número significativo de fatos em documentos primários e autênticos e em seus elementos internos e externos. Sua narrativa deveria estar livre de teorias especulativas, formulação de hipóteses ou problematizações, procurando distanciar-se do saber filosófico.

¹¹ A apropriação do documento como fonte histórica fora reconhecida academicamente e explicitada com a noção de História Metódica, ou dita Positivista, de Ranke. Esta corrente possui harmonia com o chamado “espírito positivo”, proveniente das ideias de Auguste Comte, mas adquiriu, disciplinarmente, características específicas. Foi em busca de relegar a História ao *status* de área científica que Ranke propôs o aperfeiçoamento do método por meio da consulta às fontes documentais e o desenvolvimento de uma teoria histórica.

através de várias expressões: História Científica, História Metódica, História Tradicional, História Historicizante ou Historicismo, História Rankeana e História Positivista, consideradas pelo movimento dos *Annales* como formas de classificar os modelos historiográficos que, até o início do século XX, predominavam nas atividades de ensino e pesquisa. Dentre estes termos, o uso de “História Positivista”, para Chartier (1978, p. 516), obteve maior aceitabilidade, porém denotando sentido negativo por se referir à forma que “não convém para fazer história”. Tal situação acabou por depreciar a filosofia positivista proveniente de Auguste Comte.

No início do século XX, as críticas à História política multiplicaram-se. Nos Estados Unidos, James Harvey Robinson¹², por exemplo, defendeu a criação de uma “Nova História”, caracterizada por considerar uma ampla variedade de fontes documentais, como “qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a terra” (ROBINSON *apud* BURKE, 1997, p. 20). Na Alemanha, por sua vez, um vigoroso movimento teórico de inspiração neokantiana dá origem à sociologia histórica, que tem em Weber seu autor principal, inaugurando uma vertente analítica de compreensão e explicação do passado através de conceitos ou ideias-tipos (ARON, 1953, p. 81-122). A partir destas ideias temos, em parte, o pano de fundo que deu base de formulação para o movimento que revolucionou a historiografia do século XX, denominado por muitos teóricos de Escola dos *Annales*¹³.

O *Annales* está centrado em duas posições básicas e permanentes, como o emprego do ponto de vista das ciências sociais e a prática da interdisciplinaridade, embora possuindo enfoques diferentes. O movimento foi norteado por algumas diretrizes como a substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história problematizante, o enfoque da história de todas as atividades humanas e não apenas a história política, ou seja, uma história total ou das estruturas; além da colaboração com outras disciplinas em uma proposta interdisciplinar com a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, linguística e antropologia, entre outras. Com o tempo o movimento dos *Annales* passou a ser reconhecido como um modelo historiográfico, pois

pouco a pouco os *Annales* converteram-se no centro de uma escola histórica. Foi entre 1930 e 1940 que Febvre escreveu a maioria de seus ataques aos especialistas canhestros e empiristas, além de seus manifestos e programas

¹² James Harvey Robinson, historiador norte-americano, um dos fundadores da "nova história" que ampliou consideravelmente o alcance dos estudos históricos em relação às ciências sociais.

¹³ A nova concepção historiográfica proposta pelo movimento dos *Annales* é base para esta proposta de estudo, pois, por meio dela, podemos apreender de que maneira se deu a ampliação conceitual de documento no universo da cultura material.

em defesa de “um novo tipo de História” associada aos *Annales* – postulando por pesquisa interdisciplinar, por uma História voltada para problemas, por uma História da sensibilidade (BURKE, 1997, p. 38).

O movimento dos *Annales*, atualmente denominado de Nova História (em francês *Nouvelle histoire*)¹⁴, surgiu no intuito de se contrapor ao paradigma tradicional ou à História dita Positivista de Ranke. A História passa a ser entendida como historização das ciências sociais. O enfoque desloca-se, dessa forma, do documento para o problema de pesquisa gerando o entendimento de que para se obter explicações satisfatórias sobre esses efeitos o historiador necessitaria realizar mediações de outras ordens (BURKE, 1992, p.14), recorrendo a novos objetos para explicar historicamente determinados fatos sociais, além dos documentos de arquivo. Assim, é importante deixar claro que a definição de fontes documentais tradicionais, ou os documentos de arquivo, como acessados pela História Positivista se apresentou como um problema de ordem metodológica para os idealizadores dos *Annales*. Apesar de estes historiadores não desconsiderarem esse tipo de fonte para a escrita da História, a crítica se voltava, propriamente, à forma como este tipo de fonte documental era instrumentalizada para a escrita da história. De acordo com Le Goff (1994), esta crítica à instrumentalização das fontes documentais oficiais, ou de arquivo oficial, perpassou do fim do século XIX ao início do XX, momento mais expressivo das abordagens por meio dos estudos filosóficos positivistas.

Para tal construção historiográfica, os problemas relativos às fontes e aos métodos foram solucionados quando os historiadores empreenderam novas perguntas sobre o passado, escolhendo novos objetos de pesquisa, buscando novos tipos de fontes pela necessidade de suplementar os documentos oficiais, preocupando-se em coletar maior variedade de evidências nos mais variados suportes e formatos. Ao ampliar o conceito de documento como fonte de pesquisa histórica, os historiadores dos *Annales* empreenderam a crítica aos documentos contribuindo com um grande nível de sofisticação, por exemplo, ao expor as limitações do documento de arquivo, pois os registros oficiais geralmente expressam o ponto de vista oficial, ou seja, as formas de poder dele emanado¹⁵.

Ainda dentro da discussão sobre a ampliação da noção de documento histórico, Le Goff (1994) conceitua o que seria “um novo documento”, considerando todo documento como um monumento:

¹⁴ A Nova História passou a se preocupar com a totalidade da história humana, estudando temáticas variadas como a infância, a morte, a loucura, o corpo, a feminilidade, por exemplo. Abriu-se uma imensa gama de objetos a serem investigados, os quais eram considerados socialmente irrelevantes pela História Positivista.

¹⁵ Entendemos que a documentação clássica, escrita ou visual, englobe amplos setores culturais, mas dando a eles uma imagem refletida, subjetiva e já interpretada, o que necessita, portanto, de uma compreensão que vai além do que está registrado.

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica (LE GOFF, 1994, p. 549).

Este conceito buscou refutar a hipótese, difundida com a Diplomática na posição de “ciência auxiliar” da História e com a “História Positivista”, de que o documento oficial seria idôneo e portador de objetividade. Para o autor, o documento/monumento está presente no inconsciente cultural, pois é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação e representar uma intencionalidade inconsciente, a qual deve ser criticada pelo historiador¹⁶.

Escarpit (*apud* SANTOS, 2013, p. 117) aborda o aspecto temporal, chamando a atenção para o fato de que, escritor e leitor encontram-se em momentos históricos distintos quanto ao período físico e humano:

(...) considerando o documento um objeto de informação perceptível pela visão ou pelo tato, dotado de dupla independência temporal: ‘sincronia’, quando a mensagem interna é autônoma e não é uma sequência linear do evento, mas uma justaposição multidimensional de traços; e ‘estabilidade’, quando o objeto de informação é autônomo e não é só um evento inscrito no curso do tempo, mas um suporte material que pode ser conservado, transportado, reproduzido.

Meyriat (1981) apresenta considerações sobre o documento, se alinhando às necessidades historiográficas contemporâneas. O autor considera o documento como um artefato de caráter durável, que carrega informação e comunicação. Pensando assim, o documento não seria um mero dado, mas o produto de uma vontade de informar. Desta maneira, o artefato pode ser considerado como documento, mesmo que a vontade de seu criador não tenha sido esta. A definição de documento vista assim não se impõe como uma evidência inicial, ela depende dos pontos de vista e dos métodos de abordagem documental. Nem todo objeto tem em sua natureza a função de se tornar um suporte de informação, tal função pode lhe ser atribuída em determinado contexto, mesmo que sua função principal não seja esta. O documento gerado por intenção tem o objetivo de privilegiar uma função informativa, comunicando experiência, investigação, hipótese ou teoria de seu autor. O documento por atribuição é um objeto criado, inicialmente, com propósitos outros que o de documentar oficialmente. Esse, posteriormente, pode ser elevado a esta condição se tornando um objeto de informação para um ou mais indivíduos que requerem a sua capacidade informativa. O movimento dos *Annales* repensou essa capacidade informativa, pela

¹⁶ O documento na condição de manifestação do passado, de forma voluntária ou involuntária, torna-se monumento por interessar à memória coletiva trazendo em si uma intencionalidade inconsciente que será objeto da crítica do historiador.

necessidade de satisfazer muitas perguntas históricas que os documentos oficiais não conseguem responder; no limite, métodos de história quantitativa e serial, desenvolvidos por esse movimento historiográfico, dissolveram a própria noção de fato histórico, deslocando a análise para a interpretação dos movimentos de longa duração ou conjunturais expressos nas curvas de gráficos (CHAUNU, 1978).

Desta forma, entendemos ser importante discutir os efeitos, na pesquisa historiográfica, do documento que foi digitalizado. Pois, estes são/serão de igual interesse para o estudo da história, se valendo da interpretação e dos métodos historiográficos e arqueológicos para a formulação de perguntas, buscando apreender os fenômenos que configuram o inconsciente coletivo e suas práticas culturais de determinada época. Tal proposição surge da preocupação de se buscar, efetivamente, entender se a digitalização permite esta abordagem, levando em consideração a tradição da crítica historiográfica, empreendida a partir da noção ampliada das fontes de pesquisa para a narrativa histórica cultural, conforme o conceito dos historiadores dos *Annales*.

O que nos impulsionou para a construção desta reflexão é a percepção de que inumeráveis avanços tecnológicos foram produzidos, viabilizando projetos de organização informacional, da mesma forma que incalculáveis esforços no campo da pesquisa e na produção de saberes foram realizados para o estabelecimento de métodos de investigação solidificados cientificamente. Para o historiador o documento pode ser interpretado e instrumentalizado socialmente de maneira diferente daquela convencionada a partir da sua interpretação inicial, de sua espécie e da sua tipologia documental. Neste movimento, ao menos duas problemáticas se cruzam na presente discussão. A primeira diz respeito à Redocumentarização e suas eventuais consequências para a construção do conhecimento e; a segunda se refere ao fazer historiográfico baseado na concepção ampliada de documento de valor histórico quando esta depende dos acervos digitalizados.

3 – DISCIPLINAS QUE ESTUDAM, TRATAM E ORGANIZAM O DOCUMENTO

A Documentação partiu da explosão documental no fim do século XIX e o posterior desenvolvimento no século XX de técnicas para a gestão e a recuperação desses documentos. A disciplina Análise Documental (AD) está inserida no campo da Organização da Informação e se dedica à análise, síntese e representação da informação documental, abriga em seu escopo a Documentação e a Diplomática, reunindo elementos teóricos importantes para pensarmos o conceito de documento no contexto prático disciplinar da Arquivologia e da História. A AD nasce dos estudos da Documentação, tendo como principal objetivo analisar e representar,

para fins documentais, o conteúdo temático do documento. O estudo da AD tem seu objeto de ação prática residente no Documento, ou seja, no assunto temático nele contido ou na sua informatividade.

A AD permeia os limites do trinômio do universo informacional: produção, organização e uso. Pela ordem e disposição desse processo, a atividade de organização atua e se destaca como aquela que ocupa uma posição mediadora. No contexto da Documentação, a organização visa ao resgate dos elementos documentais que permitam sua identificação e recuperação, podendo ressaltar os aspectos extrínsecos, de natureza formal; ou intrínsecos do conteúdo informacional.

O documento diplomático é concebido como sinônimo de documento arquivístico valorizado histórica, jurídica e administrativamente; sendo igualmente caracterizado pelos elementos extrínsecos e os elementos intrínsecos. Na AD, o processo de identificação e seleção do conteúdo documental decorrente da etapa analítica acontece a partir do procedimento prévio de leitura documental e, principalmente, de um processo de identificação de conceitos (GUIMARÃES, 2003). Nesse momento, o analista dispõe de uma série de estratégias metacognitivas de análise, dentre as quais, o método diplomático desempenha um papel de destaque.

Para Smit & Guimarães (2001) os documentos são fruto de um conjunto de procedimentos objetivando expressar o conteúdo destes para facilitar a recuperação da informação. Enquanto um produto documental decorre de uma etapa analítica propriamente dita, ou seja, uma “análise dentro da análise” (GUIMARÃES, 2003); o outro advém de uma etapa, ulterior, de síntese, seja por intermédio de uma condensação, seja por meio da representação em linguagens documentais, como cabeçalhos de assunto, notações classificatórias, descritores de tesouros, etc. Entendemos que o seu objetivo é propiciar precisão no processo de recuperação da informação.

A coleta e a organização de documentos produzidos por um único indivíduo, ou uma instituição, ao longo de sua vida ativa, resultantes de um processo documentário de uma existência longa ou curta, simples ou de grandes variações de atuação, constitui um Arquivo. Arquivo, no sentido da reunião de documentos ligados aos mais diversos tipos, precisamente por causa da sua origem ou armazenamento circunstancial. O ponto alto a se considerar é a sua singularidade, ou seja, o fato de que o documento original é único e, por conseguinte, a sua desaparecimento representa perda total, uma vez que, em princípio, não são produzidos de forma múltipla, mesmo que haja cópias, principalmente quando encontradas

em locais diferentes, pois cada uma é passível de gerar um novo significado. O segundo ponto diz respeito ao seu condicionamento no espaço e no tempo, como resultado de uma atividade pública ou privada, que o circunscreve completamente em atividade similar às que são feitas como resultado produzido em mesmo espaço e tempo. A condição dependente dos atos jurídicos, administrativos, comercial e/ou familiares desenvolvidos ao longo dos anos, dos séculos, dotando os documentos apresentados de características muito particulares, constituindo séries de relacionamentos por unidades e elementos, os tornando facilmente identificáveis e orgânicos, como conjuntos e unidades de formação de complexos de milhares de documentos mais simples.

Para processá-los, organizá-los, classificá-los, descrevê-los e disponibilizá-los, estaremos diante do trabalho dos arquivistas, que estudam sua forma e substância para alavancar cada um dos seus elementos em diferentes fases do seu tratamento, seja em ambientes produtores, nos arquivos onde eles serão guardados e preservados, e nas ocasiões em que o seu uso, ou consulta, será solicitado. A análise de cada documento é feita de tal modo que, uma vez estudado, pode ser considerado como disponível para qualquer tipo de trabalho. A análise documental, utilizando a disciplina Diplomática é uma tarefa imperativa para a base de processamento de documentos, e, portanto, sujeita a um arquivista, um especialista que deve conhecer o processo. Caso realizado de outra forma, podem se tornar ineficientes as tarefas de organização, classificação, descrição e disponibilização dos documentos, ou, substantivamente, todo o trabalho arquivístico.

Os sistemas de arquivos gerenciam documentos de forma a garantir o acesso e a preservação destes. Um sistema de arquivos pode integrar diferentes funções e operações, gerando serviços de informação. Para que esse processo ofereça serviços relevantes, a organização do seu sistema precisa partir de objetivos bem definidos, métodos específicos e funções administrativas. Assim, os Arquivos são unidades que tratam documentos de uma forma científica, a fim de constituir peças metodicamente gerenciáveis de documentos que os homens produziram e produzem.

Refletindo sobre os métodos acima relacionados uma das questões que buscamos entender empiricamente é se havendo um valor maior atribuído aos aspectos objetivos do processo de análise, como proposto pela Diplomática e pela Análise Documental, isto desconsideraria os aspectos materiais, subjetivos e sociais necessários para o fazer historiográfico atual? Pois, como afirma Rendón Rojas teríamos um “documento elaborado e/ou de interesse de um especialista que entra na jurisdição do profissional da informação documental” (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 128). Especialista este, responsável por inserir o

documento em um determinado sistema informativo de modo a institucionalizá-lo, agregando-lhe informação ao representá-lo, ao organizá-lo e ao torná-lo acessível ao usuário. O documento passa a ser um produto de um profissional intermediário que atua com uma ação intencional, guiado por técnicas e estruturas de análise fundamentadas cientificamente. As ações deste profissional da informação documental institucionalizando, agregando informação ao representar o documento, o organizando e tornando-o acessível ao usuário atribui novos sentidos ao documento inicial, pois poderá o coloca dentro de um contexto específico diferente do de sua proveniência, podendo, assim, eliminar características importantes para o fazer historiográfico. Após esta gama de procedimentos o documento adquire personalidade dentro do sistema de informação documental.

Queremos dizer que, se o profissional responsável por esta ação não levar em consideração que para o historiador qualquer objeto pode ser eleito como documento histórico, ou fonte de informação, o especialista tenderá a um tratamento documental sem levar em consideração a importância do contato com os atributos físicos do documento. Para o historiador esta fonte de informação tem muito a dizer, observando-se além de seu conteúdo textual. Podemos apresentar um exemplo simples sobre o que queremos salientar, sendo o mais comum de se encontrar: ao se microfilmar e depois digitalizar o microfilme (segundo a denominada estratégia híbrida, muito frequente em relação aos documentos textuais dos arquivos públicos), um papel, “amarelado” pelo passar do tempo é transformado em tons de cinza e disponibilizado assim no sistema, sem registrar os aspectos que apresentam os desgastes pelo tempo. Nesse processo de organização e disponibilização dessa documentação em meio digital, desconsiderando-se a importância que elementos como estes possuem para determinados tipos de pesquisas históricas, estar-se-ia considerando apenas o conteúdo textual como importante para as análises futuras. Ter contato com esses elementos importa para o historiador que precisa observar os elementos físicos apresentados pelas fontes elencadas para a sua análise subjetiva que tem foco nos indícios que a materialidade do objeto apresenta. Mais importante ainda é que isso é acompanhado, na maioria das bases de dados, pela apresentação dos documentos, um a um, sem se reportar a seus nexos orgânicos arquivísticos em dossiês ou processos.

O que temos obtido sobre essa nossa preocupação junto aos historiadores entrevistados até o momento, é o entendimento de que a problemática existe. Ainda, demonstram concordância de que um diálogo mais específico entre os dois profissionais será o caminho para amenizar tais impactos.

4 – RESULTADOS PARCIAIS: IMPACTOS E REFLEXÕES

Como resultados parciais apresentamos dados provenientes das entrevistas¹⁷ realizadas com os pesquisadores brasileiros da área da História¹⁸, denominados na pesquisa pela abreviatura “HB00”. De uma forma geral, percebemos que para esses pesquisadores o documento digitalizado possibilita o contato com as suas informações via rede de computadores, como a Internet, permitindo um maior acesso e agilidade às solicitações de conteúdo pelo público em geral. Estes profissionais consideram esse fator algo de fundamental importância para o processo de universalização do acesso aos documentos e ao incremento das pesquisas.

Observamos a importância atribuída ao fato de que os acervos digitalizados trazem novos significados para a pesquisa histórica. A tecnologia digital colabora para a possibilidade de pesquisas antes inexistentes. Os documentos são os mesmos, mas a tecnologia digital traz novas possibilidades. Ao longo dos últimos 10 anos¹⁹ contata-se o início de um processo que nos permite a possibilidade de ter acesso mais facilitado à documentação, pelo fato de se estabelecer uma rede que é acessada em qualquer parte do planeta com as pessoas podendo trocar e intercambiar informações de diversas naturezas. Ao longo desse período, passamos a contar com arquivos colocados à disposição dos interessados sem haver necessidade de grandes investimentos financeiros para consultá-los.

Os historiadores enfatizaram uma perceptível alteração nos fundamentos do ofício historiográfico e em seus objetos de pesquisa. Um exemplo específico é que essa realidade arquivística virtual nos possibilitou empreender uma história de perspectiva comparada (metodologia apontada especificamente por HB01 e HB04). Passamos a contar, no campo da historiografia, com a possibilidade efetiva de se fazer uma história comparada mais ampla. Anteriormente, seria necessário o deslocamento dos pesquisadores ao longo de muitos anos, o que ainda seria insuficiente para o levantamento de um aporte documental tão amplo como o que podemos contar neste momento. Este movimento passou a ser algo que podemos fazer do gabinete da universidade, ou até mesmo, na tranquilidade de casa, em qualquer dia e horário da semana.

¹⁷ Os entrevistados, diante do roteiro semiestruturado das entrevistas, foram orientados a discorrer livremente a partir de seus pontos de vista e em relação a especificidade de seus objetos e métodos de pesquisa. Com esta liberdade buscamos obter depoimentos mais variados em relação à temática enfocada pela pesquisa.

¹⁸ As reflexões aqui apresentadas são baseadas nas análises das entrevistas com 6 professores/pesquisadores que também atuam na pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, departamento de história. Os professores elencados para as entrevistas são todos formados na área de história por volta ou antes dos anos 1990, momento a partir do qual a Internet começou a se popularizar.

¹⁹ A partir da denominada Web 2.0 passamos a contar com a disponibilização de grandes conjuntos digitalizados, pois antes havia restrições técnicas que exigiam a digitação, e não digitalização, dos acervos.

Consideramos como um dos principais objetivos desta pesquisa o levantamento de elementos empíricos que fundamentem um diálogo entre as áreas elencadas, no caso História e Arquivologia, em torno do que consideramos como impactos negativos. A saber, esta pesquisa foi configurada em função de buscar o esclarecimento da hipótese de que: pode haver limitação na captação de informações ao se lidar com acervos digitais que não fornecem todas as referências possíveis sobre o documento original como origem, materialidade, estado de conservação atual etc²⁰? Sabemos que estes elementos são fundamentais para determinados tipos de pesquisas históricas, mais detidamente aquelas que dependem do contato com a materialidade do documento para a construção de uma narrativa sobre determinados fatos históricos. Essa narrativa vai depender da análise que o Historiador fará do documento nos casos em que sua leitura não é direcionada apenas para o conteúdo textual de um documento de arquivo, por exemplo. Pois, a materialidade desses objetos também são testemunhas do passado, e se tornam fontes de pesquisa para uma cultura do material, quando o historiador atribui a elas tal estatuto.

Queremos dizer que, determinados tipos de documentos exigem que o historiador tenha contato com o original, que os possa vistoriar em busca de constatar alguma falsificação ou outras interferências na sua originalidade. Nestes casos o tipo de papel, o tipo de objeto utilizado na escrita e o tipo de tinta empregado são elementos importantes para as percepções e perguntas que esclarecerão as hipóteses de certos tipos de investigações históricas.

É importante para o historiador saber exatamente o que ele está manipulando. Mapas, por exemplo, via internet, você encontra imagens em alta resolução, mas antes de publicar algo, um dos historiadores entrevistados, denominado HB04, afirma que “não publica suas observações antes de ir até o original”. Este profissional diz que, principalmente na cartografia, a sutileza da cor, da pigmentação e a letra, interfere no resultado final da sua análise. E esses são elementos que dificilmente pode-se ter certeza de sua autenticidade sem contato com o original.

Apontando como impactos negativos, esse mesmo historiador (HB04) considera que: “essa digitalização acelerada pode ser muito traiçoeira. No Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, há documentos que não são legíveis online e demandam a ida ao original. Talvez, nem sempre, mas muitas vezes o original tem mais clareza”. Assim, podemos ver que a digitalização de documentos de valor histórico quando realizada tecnicamente fora dos padrões recomendados acabará por fornecer um efeito inverso aos benefícios que poderíamos

²⁰ Algo que pode ser constatado ao se visitar alguns acervos disponibilizados virtualmente.

obter com tal processo. No exemplo que encontramos no Arquivo Histórico Ultramarino²¹, para ilustrar tal proposição, pode-se constatar que mesmo estando diante de uma digitalização com resolução de 300 dpi (valor recomendado no documento “Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes”²², da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conarq para a geração das matrizes digitais), o conteúdo textual deste mapa é ilegível. E, continua ilegível mesmo se valendo do recurso de ampliação da imagem, online ou em seu próprio computador. A utilização de um editor profissional de imagens, como por exemplo o Photoshop, também não nos permitiu a leitura das informações textuais.

Podemos oferecer mais um exemplo, recorrendo a um documento que propiciará a narrativa de uma História da Leitura. Em determinados casos, dos objetos elencados como fontes para este perfil de pesquisa interessará saber se existe alguma rasura, se houve alguma sobreposição de informação, o tipo de papel utilizado, em que época foi escrito o documento e se foi escrito em uma única época, ou em temporalidades diferentes e se houve inserções de conteúdo textual no documento posteriormente, sem se esgotar nessas observações. Note que também as dimensões desse documento dizem muito sobre a possibilidade de sua circulação ampla ou mais restrita: é o caso de um livro de bolso, ou de um material de dimensões e peso maiores.

Tais questões variam muito na natureza de cada pesquisa, mas o historiador tem que estar atento a esse tipo de indícios. Muitas vezes, o pesquisador pode se sentir seduzido pelo fato da documentação estar de fácil acesso via internet, acabando por desconsiderar a ida ao original. É importante deixar claro que, nos tipos de pesquisas que têm seu foco estabelecido apenas no conteúdo textual dos documentos históricos, pode ser que seja desnecessário o contato com o documento original. Mas, enfatizamos que para determinados tipos de pesquisa o contato com a materialidade é fundamental. Além deste fator, entendemos que mesmo pesquisas que se interessam inicialmente pelo conteúdo textual, pode acontecer do pesquisador deixar de perceber algum fator físico que altere de alguma forma na percepção dos dados inscritos. Também, consideramos que o contato físico com o documento propicia novos estímulos para outras análises que não foram previamente consideradas.

Considerando interferências variadas, técnicas e/ou metodológicas, nossa hipótese inicial vem sendo corroborada: a digitalização dos documentos de valor histórico impacta

²¹ “Mapa de Delimitação da Fronteira Sul do Zambeze: Mapa do Distrito de Tete - Trabalhos de 1904”. Disponível em <<http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD27789>>, acesso em 10 mai. 2016.

²² Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf> acesso em 10 mai. 2016.

positivamente, tanto como negativamente, no fazer e no método historiográfico indicado pela metodologia dos *Annales*²³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a amplitude conceitual de documento proposta na Documentação, quando pensada em diálogo com a dimensão adotada pela historiografia, pode colaborar para trazer novos subsídios teóricos para se pensar o desenvolvimento disciplinar das áreas que têm o conceito de Documento como objeto de estudos e trabalhos práticos, bem como para os métodos de pesquisa em História. Tal diálogo deve colaborar no entendimento do documento como categoria nos programas de investigação da CI e a elucidar os impactos no fazer historiográfico quando se buscará consultar fontes de pesquisa digitalizadas, seja de acesso remoto ou local.

A evolução das tecnologias de informação tem permitido, por meio de sistemas de busca, encontrar um documento específico dentro do imenso repositório que é a Internet, por exemplo, com buscas por grau de relevância e não apenas por grau de ocorrência. Para que isto impacte positivamente no fazer historiográfico pode ser necessário indexar estes documentos para além da utilização das palavras-chave referentes ao seu conteúdo textual, por meio de um processo que não desconsidere os indícios investigativos que a materialidade do documento original, em sua concepção mais ampliada dentro da cultura material, pode fornecer ao profissional da história. Algo como se se pudesse contar com um tratamento arqueológico na disponibilização de uma matriz digital. Assim, uma preocupação que nos moveu a esta proposta é saber até que ponto, a partir do desenvolvimento das novas tecnologias de informação, o aspecto ontológico do documento está sendo valorizado e se as discussões sobre a inovação do suporte da informação se sobrepõem àquelas acerca da tradição teórica do campo da historiografia.

Buscamos com esta pesquisa, entre outras contribuições, trazer para o campo de discussões temas como sistemas e serviços de organização da informação proveniente do contexto digital, estudando fenômenos informacionais a partir da perspectiva dos sujeitos que produzem, organizam, recebem, disseminam e interpretam informações em um contexto específico, relacionado neste caso ao documento de valor histórico. Acreditamos que a partir desse debate será possível lançar novas perspectivas teóricas sobre a importância do Documento para as áreas do conhecimento que lhe possuem como objeto de estudos e

²³ Como explicamos anteriormente, o *Annales* preconizou a ampliação da crítica aos documentos oficiais, entre diversos outros fatores.

trabalhos, evidenciando a relação interdisciplinar que provém das demandas sociais relativas à preservação e à atualização da memória coletiva.

Entendemos que um diálogo mais específico entre os profissionais das áreas focadas é o caminho para amenizar os impactos que sejam considerados negativos e desenvolver entendimentos sobre os limites, possibilidades e demandas acadêmicas/profissionais de historiadores e arquivistas. Buscamos acalorar o debate entre os profissionais que atuam de forma prática e teórica com o objeto Documento com a intenção de estabelecer reflexões efetivas. O entendimento mútuo dos problemas concernentes ao fazer historiográfico e dos procedimentos arquivísticos colaborará para entender problemas, estabelecer padrões e orientações para melhor aproveitamento desse ferramental tecnológico.

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond. **La sociologia alemana contemporanea**. Traduzido por Carlos A. Fayard. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1953.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nílo Odália. São Paulo: UNESP, 1997. 154p.

_____. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. História positivista. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques et al. (Org.). **A nova história**. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p. 516-518.

CHAUNU, Pierra. **Histoire quantitative, histoire sérielle**. Paris: Armand Colin, 1978.

CODINA, L. **El libro digital y la www**, Madrid, Taurus, 2000.

COMTE, Auguste. **Opúsculos de Filosofia Social: 1819-1828**. Trad. Ivan Lins e João Francisco de Souza. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo/Ed. USP, 1972.

ESCARPIT, Robert. **L'information et le document: L'information et la communication**. Paris: Hachette, 1991.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L., MARTELETO, R.M., LARA, M.L.G. de (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. SP: Cultura Acadêmica; Marília; Fundepe, 2008. p. 19-34.

GAY, Peter. **O Estilo na História** : Gibbon, Ranke, Macaulay, Burekhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, J.M.; LOPES, I.L. (Org.) **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e da documentação**. Brasília: MCT: CNPq: Ibict, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Traduzido por Bernardo Leitão et al. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. (Coleção Repertórios).

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation: revue de l'Association Internationale de Bibliologie**, Noyers-sur-Serein, n. 14, p. 51-63, 2. trim., 1981.

MOREIRA, A. et al. Digitalização de manuscritos históricos: a experiência da Casa Setecentista de Mariana. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 89-98, 2007.

ORTEGA, C. D. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, n. especial, p.59-79, 2009.

OTLET, P. **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1997.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2.ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005.

SMIT, J. W.; GUIMARÃES, J.A.C. Análise documentária. In: SMIT, J. W.; LIMA, Y. D. **Organização de arquivos**: XV Curso de especialização. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2001.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.